

## O ensino superior avaliação e sustentabilidade

28 de Fevereiro 2011 Fundação Luís António Verney

A avaliação da qualidade nos estabelecimentos de ensino superior, como em qualquer outro tipo de instituições que declaradamente servem o desenvolvimento do País deveria ser um processo assertivo e inclusivo. Um processo que deveria ser efectuado com a tranquilidade da transparência e do desejo real de melhorar o desempenho.

Deveria ser um processo que tivesse em consideração a renovação do enquadramento global do ensino Superior em Portugal, provocado pela adopção da Reforma de Bolonha e do crescente estabelecimento de standards europeus de referência e da existência de novas instituições cuja actividade principal é, nuns casos mais do que noutros, disponibilizar competências e metodologias adequadas à avaliação do Ensino Superior.

Deveria ser em Portugal um processo que tivesse em consideração a dupla pertença ao Espaço Europeu de ensino Superior e ao Espaço Lusófono de Ensino superior

Deveria ter como base a consciência de que tudo isto é novo no Ensino Superior em Portugal onde as inércias do antes do 25 de Abril de 1974 regularmente ganham novos fôlegos apoiando-se em agendas paralelas alheias aos objectivos essenciais daquilo que deveria ser um processo transparente de avaliação da qualidade do ensino superior em Portugal

Deveria ser um processo de ajuda mútua entre as instituições de ensino que necessitam de ser avaliadas e a própria A3ES que dá os seus primeiros passos nestas andanças, tão recentes que ainda não é reconhecida como membro de pleno direito na ENQA. Neste caso, a insegurança deveria dar lugar a mais prudência, mais diálogo, mais criatividade. A modéstia costuma ser boa conselheira já que estes processos se iniciaram em meados da década de 1990, a ENQA foi criada há 11 anos e a primeira lei da Qualidade em Portugal só foi publicada em 2007 (Lei n.º 38/2007)

1-Segundo o GPEARI somos já a oitava maior Universidade portuguesa entre as 25 existentes, em número de alunos e de docentes doutorados, apesar de termos nascido como Universidade apenas em 1998.

Não temos 30 anos, nem 100, nem vários séculos de existência. Somos levados a assumir que a dinâmica assertiva da ULHT é uma realidade e uma força que alguns inquieta.

Infelizmente, a **dinâmica das instituições** não preocupa a A3ES, não se vislumbrando nos processos em curso qualquer preocupação neste sentido. E no entanto esta deveria ser uma questão central para a avaliação do desempenho de todas as Universidades.

2-Apesar de sermos uma das Universidades com maior relevância (académica, científica e social) a nível nacional, não nos é permitido integrar o CRUP (Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas). Trata-se uma atitude discriminatória e obscurantista, que dificulta que circule entre os Reitores das Universidades Portuguesas mais e melhor informação. Note-se que a ULHT foi admitida como membro de pleno direito na Associação Europeia das Universidades, na qual participam na mesma condição todas as Universidades estatais portuguesas. Assim se tornou possível que o Contrato de Confiança com o Ensino Superior português fosse reduzido às Universidades Estatais como se as não-estatais não actuassem igualmente na qualificação dos recursos humanos em Portugal.

3-Os painéis de avaliação de Unidades de Investigação, bolsas de doutoramento, projectos de investigação não reflectem o lugar que a ULHT ocupa no Ensino Superior em Portugal descriminando de forma sistemática os nossos docentes. Acresce que os pedidos de reavaliação são também rejeitados pela próprios painéis, que não desejam ser confrontados com as insuficiências das suas apreciações.

Acresce ainda que os resultados tidos actualmente por referência reportam a 2003-2006 ou seja para nós já estão claramente caducos, pois objectivamente desprezam a **metade mais recente** da nossa vida como Universidade.

4- Os processos que visam a autorização de funcionamento de novos cursos são objecto de decisões negativas por parte da A3ES como no caso flagrante de pedidos para Cursos de Doutoramento os quais obtiveram pareceres favoráveis nas respectivas Comissões de Especialistas (caso do Programa de Doutoramento em Direito) e que por despacho do presidente da A3ES foi inviabilizado com o seguinte parecer: “ Parecer negativo ao parecer positivo”

Por isso se pronunciou recentemente o Reitor da Universidade Católica, Manuel Braga da Cruz, afirmando que as acreditações devem ser internacionais, que devem ser feitas por agências independentes que não sejam nomeadas por Governos, e que sejam feitas por áreas científicas, pois a qualidade não pode ser reduzida a autorizações de funcionamento administrativo.<sup>1</sup>

4- Mas tudo isto tem certamente donos e não foi por acaso que o próprio presidente, Prof. Alberto Amaral foi nomeado presidente da A3ES apesar de repetidamente se pronunciar na comunicação social contra o Ensino Superior não estatal em termos que ultrapassam o mais elementar principio deontológico que deveria leva-lo a recusar aceitar o referido emprego, ou à respectiva tutela a tomar as necessárias medidas correctivas. “*Eu sou um céptico dos acordos de Bolonha.*” “*As privadas aqui na Europa são meras operações comerciais*”, ou ainda a defesa de um sistema de ensino a duas velocidades com Universidades de elite e universidades para o povo, para quem pouco, já é mais que suficiente. <sup>2</sup>

Assim se esquece que a investigação em meio universitário é a principal alavanca da qualidade, do rigor e da permanente integração dos desafios que cada sociedade enfrenta. Assim se cria uma agenda paralela à revelia da Constituição

Ingénuos seríamos nós se não relacionássemos também a agenda paralela, onde para lá de interesses terceiros, se vislumbram as orientações da OCDE sobre a matéria, as quais vêm paulatinamente a ser implementadas:

Redução do investimento do Estado no Ensino Superior assegurando apenas o financiamento do 1º Ciclo;

Encaminhamento dos alunos para o financiamento de estudos no âmbito do Sistema bancário;

Enquadramento das universidades em duas categorias: com Investigação e sem Investigação

---

<sup>1</sup> As acreditações devem ser internacionais: Prezamos muito as acreditações internacionais feitas por agências independentes, que não sejam nomeadas por Governos mas que sejam independentes e que sejam feitas por áreas científicas Por isso demonstramos o nosso desagrado com o sistema de acreditação que está em vigor em Portugal. A acreditação é um selo de qualidade atribuído aos melhores Não é uma autorização de funcionamento administrativo dada a todos (Manuel Braga da Cruz, Reitor da Universidade Católica in Diário Económico 08/02/2011)

<sup>2</sup> Boletim da SPQ, 91-2003 [http://www.spq.pt/boletim/boletim\\_view.asp?nr=91](http://www.spq.pt/boletim/boletim_view.asp?nr=91)

Mas afinal o que seria necessário para que a avaliação institucional do Ensino Superior em Portugal se tornasse de facto uma mais valia para a País?

A resposta é simples: mais transparência, melhor compreensão da verdadeira relação entre avaliação e desenvolvimento, possibilidade de recurso a agências internacionais de avaliação membros da ENQA. Reconhecimento que em Portugal todas as Universidades são Públicas sendo apenas umas Estatais e outras Não-Estatais. Mas todas sujeitas no essencial ao mesmo enquadramento legal.

Nos tempos que correm importa pois reagir, denunciar e exigir de forma rigorosa e criativa uma reforma profunda do modelo de avaliação do Ensino Superior em curso em Portugal, onde a ética não seja uma palavra sem sentido, e que, em ultima instância, sirva efectivamente o desempenho das Universidades e o desenvolvimento do País.